

# Sumário

<b>Sobre os Autores .....</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação à 7ª Edição .....</b>	<b>7</b>

## **Parte I** **Noções gerais**

1. Direito e processo .....	19
1.1. Direito material e direito processual .....	19
1.2. Posições jurídicas .....	20
1.3. Crises efetivas e ameaças de crises na realização do direito material: a negativa de vinculação à ordem jurídica e os desacordos interpretativos....	22
1.4. Formas de solução dessas crises: do processo estatal à justiça multipórtas, do processo individual ao processo coletivo e à coletivização .....	23
2. Fontes do processo civil .....	24
2.1. Dos dispositivos às normas, das normas ao sistema.....	25
2.2. Da Constituição às leis e às decisões judiciais, dos precedentes à jurisprudência.....	26
3. Processo civil e suas relações com o direito e com outros ramos do conhecimento humano .....	28
3.1. O isolamento do processo civil: do isolamento jurídico ao isolamento científico .....	28
3.2. A abertura para o direito material e para a realidade social .....	29
3.3. O reconhecimento de sua dimensão constitucional e convencional.....	29
3.4. A abertura para a teoria do direito e para a filosofia do direito.....	30
3.5. Para além das fronteiras do direito: da epistemologia à filosofia, da economia à psicologia, da informática à inteligência artificial .....	31

## Parte II

### **Do processo civil clássico ao novo processo civil: o compromisso com os direitos fundamentais e com a tutela dos direitos**

1. O Código Buzaid .....	35
2. Ideologia e processo civil .....	37
3. A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada em nome da efetiva tutela dos direitos .....	40
4. Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil.....	42
4.1. Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	42
4.2. A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo ...	44
4.3. O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva .....	46
4.4. A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução .....	48
4.5. Das “tutelas jurisdicionais diferenciadas” à “construção da ação adequada ao caso concreto” .....	50
4.6. O “critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais” como meio para a análise crítica do tecido normativo .....	53
4.7. Os precedentes obrigatórios .....	54
4.8. A teoria da tutela dos direitos .....	57
4.9. Do processo individual à tutela coletiva.....	62
4.10. O processo estrutural e a tentativa de atingir as raízes dos conflitos complexos .....	65
4.11. O processo civil do Estado Constitucional .....	67

## Parte III

### **Os institutos e as normas fundamentais do processo civil no Estado constitucional**

Capítulo 1 • Jurisdição .....	73
1.1. A jurisdição nas teorias clássicas .....	73
1.2. A ideia de pacificação social .....	75
1.3. O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica .....	75
1.4. Significado da norma jurídica editada pelo juiz.....	78
1.5. A justificativa da norma “judicial” .....	80

1.6. Legitimidade da norma “judicial”, em especial da que afirma direitos fundamentais ...	83
1.7. Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito .....	86
1.8. Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas .....	89
1.9. Justificativa de uma jurisdição de precedentes .....	95
1.10. O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos .....	98
1.11. A necessidade de se pensar a atividade jurisdicional em sua dimensão pamprosesual .....	100
1.12. Tentativas de limitação do papel interpretativo da jurisdição .....	102
1.13. Competência .....	102
1.14. Determinação e modificação da competência .....	104
<b>Capítulo 2 • Ação .....</b>	<b>109</b>
2.1. A ação na história das doutrinas .....	109
2.2. A ação no Código de 2015 .....	113
2.3. Direito fundamental de ação .....	115
2.3.1. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva .....	115
2.3.2. O conteúdo do direito fundamental de ação .....	117
2.3.3. A ação em perspectiva dinâmica .....	120
2.3.4. Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial .....	122
2.4. O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto .....	124
2.4.1. A ação diante do escopo de tutela dos direitos .....	124
2.4.2. As tutelas jurisdicionais dos direitos .....	125
2.4.3. A influência da tutela do direito sobre a ação .....	132
2.4.4. Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito .....	134
2.4.5. Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos .....	137
2.4.6. O direito à construção da ação adequada ao caso concreto .....	139
2.4.7. Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito .....	140
<b>Capítulo 3 • Defesa .....</b>	<b>143</b>
3.1. Defesa e jurisdição .....	143
3.2. Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça .....	143
3.3. Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz .....	144
3.4. Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva .....	144
3.5. Restrição às alegações de defesa .....	144
3.6. Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova .....	146
3.7. Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito .....	146

3.8. Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz.....	148
3.9. Defesa <i>versus</i> ação diante do legislador e no caso concreto .....	149
<b>Capítulo 4 • Processo .....</b>	<b>151</b>
4.1. Da ideia de contrato à relação jurídica processual .....	151
4.2. A crise da relação jurídica processual .....	152
4.3. Processo e procedimento.....	153
4.4. O processo no Estado Constitucional .....	156
4.5. Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo .....	157
4.6. Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda .....	157
4.7. Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito .....	158
<b>Capítulo 5 • As Normas Fundamentais do Processo Civil .....</b>	<b>161</b>
5.1. Normas fundamentais.....	161
5.2. Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva.....	162
5.3. Dever de boa-fé.....	167
5.4. Colaboração no processo civil .....	168
5.5. Direito à igualdade e à paridade de armas .....	172
5.6. Direito ao contraditório .....	173
5.7. Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo.....	179
<b>Capítulo 6 • Partes e Participação no Processo.....</b>	<b>181</b>
6.1. Parte no processo civil .....	181
6.2. Litisconsórcio .....	182
6.2.1. Litisconsórcio necessário e facultativo .....	184
6.2.2. Litisconsórcio unitário e simples .....	184
6.2.3. Regime jurídico do litisconsórcio .....	185
6.3. Intervenção de terceiros .....	185
6.3.1. Assistência .....	186
6.3.2. Denunciação da lide .....	187
6.3.3. Chamamento ao processo .....	189
6.3.4. <i>Amicus curiae</i> .....	189
6.3.5. Desconsideração de personalidade jurídica .....	191

## Parte IV

### **A tutela dos direitos no Código de 2015. A unificação das atividades de conhecimento e de execução**

<b>Capítulo 1 • Técnica Processual e Tutela dos Direitos .....</b>	<b>195</b>
<b>Capítulo 2 • Procedimento Comum.....</b>	<b>201</b>

<b>Capítulo 3 • Fase Postulatória .....</b>	207
3.1. Petição inicial .....	207
3.1.1. Requisitos.....	208
3.1.2. Emenda .....	220
3.1.3. Indeferimento .....	221
3.1.4. Improcedência liminar.....	222
3.1.5. Deferimento .....	224
3.2. Audiência de conciliação ou de mediação .....	224
3.3. Atitudes do réu .....	226
3.3.1. Contestação.....	227
3.3.2. Reconvenção .....	231
3.3.3. Revelia .....	234
3.4. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência .....	239
<b>Capítulo 4 • Fase Organizatória .....</b>	259
4.1. Organização do processo .....	259
4.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	263
<b>Capítulo 5 • Fase Instrutória .....</b>	267
5.1. Prova .....	267
5.1.1. Objeto da prova.....	268
5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio .....	269
5.1.3. Ônus da prova.....	271
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova .....	275
5.1.5. Poder probatório do juiz .....	277
5.1.6. Prova emprestada.....	278
5.1.7. Fases do procedimento probatório .....	280
5.1.8. A prova indiciária .....	282
5.1.9. A prova e a ação inibitória.....	283
5.1.10. A obtenção antecipada de prova .....	284
5.2. Provas em espécie .....	288
5.2.1. Prova oral .....	288
5.2.1.1. Depoimento pessoal.....	288
5.2.1.2. Confissão .....	291
5.2.1.3. Prova testemunhal .....	296
5.2.2. Prova documental .....	301
5.2.2.1. Definição .....	301
5.2.2.2. Incidente de arguição de falsidade documental .....	310
5.2.2.3. Exibição de documento ou coisa .....	312

5.2.3. Ata notarial .....	314
5.2.4. Prova pericial .....	315
5.2.5. Inspeção judicial.....	320
5.2.6. Elementos para a compreensão da prova estatística .....	321
5.3. Audiência de instrução e julgamento .....	322
<b>Capítulo 6 • Fase Decisória .....</b>	<b>325</b>
6.1. Sentença .....	325
6.1.1. Conceito e função.....	325
6.1.2. Sentença, decisão e justificação .....	329
6.1.3. Elementos essenciais .....	331
6.1.4. Congruência, pertinência e preclusão.....	337
6.1.5. Classificação .....	341
6.2. Técnica processual e tutela dos direitos.....	353
6.2.1. Tutela específica .....	357
6.2.2. Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória .....	359
<b>Capítulo 7 • Fase de Cumprimento .....</b>	<b>377</b>
7.1. Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução.....	377
7.1.1. Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória .....	377
7.1.2. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	377
7.1.3. Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas.....	379
7.2. Princípios fundamentais da execução .....	384
7.3. Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais .....	392
7.3.1. Execução direta e execução indireta.....	392
7.3.2. Execução frutífera e execução infrutífera .....	393
7.3.3. Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório .....	393
7.3.4. Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor.....	395
7.3.5. Execução independentemente da vontade do devedor .....	405
7.4. Títulos executivos judiciais.....	411
7.4.1. Requisitos da obrigação a executar.....	416
7.5. Liquidação da obrigação .....	418
7.6. Procedimento de cumprimento de sentença.....	424
7.6.1. Partes e terceiros .....	425
7.6.2. Competência .....	427
7.6.3. Os efeitos do início do cumprimento .....	428
7.7. Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer .....	428

7.8. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade...	435
7.9. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa .....	437
7.10. Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa .....	439
7.11. Suspensão e extinção do cumprimento de sentença .....	475
7.12. Execuções especiais .....	478
7.12.1. Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia .....	479
7.12.2. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública .....	482
7.12.3. Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial .....	484
7.12.3.1. Ação de execução .....	484
7.12.3.2. Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia .....	488
7.12.3.3. Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa .....	492
7.12.3.4. Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia .....	497
7.12.3.5. Ação de execução contra a Fazenda Pública .....	499
7.12.3.6. A defesa no processo de execução. Os embargos do executado .....	500
<b>Capítulo 8 • Fase Recursal .....</b>	<b>509</b>
8.1. Recursos .....	509
8.1.1. Conceito .....	509
8.1.2. Classificação .....	511
8.1.3. Normas fundamentais .....	513
8.1.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	519
8.1.5. Efeitos.....	524
8.2. Recursos em espécie.....	529
8.2.1. Apelação.....	529
8.2.2. Agravo de instrumento.....	534
8.2.3. Agravo interno .....	537
8.2.4. Embargos de declaração .....	539
8.2.5. Recurso ordinário .....	542
8.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial .....	543
8.2.7. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial .....	555
8.2.8. Embargos de divergência .....	557
<b>Capítulo 9 • Processo nos Tribunais .....</b>	<b>561</b>
9.1. Precedentes.....	561
9.2. Ordem dos processos nos tribunais .....	572

9.3.	Incidentes recursais .....	575
9.3.1.	Incidente de assunção de competência .....	575
9.3.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	580
9.4.	Ação rescisória.....	588
<b>Capítulo 10 • Coisa Julgada .....</b>		601
10.1.	Conceito .....	601
10.2.	Limites .....	603
10.3.	Eficácia.....	609
10.4.	Relativização da coisa julgada .....	610
10.5.	Coisa julgada inconstitucional .....	612
10.6.	Coisa julgada sobre questão .....	614
10.6.1.	Introdução .....	614
10.6.2.	Requisitos.....	616
10.6.2.1.	Questão de que depende o julgamento do mérito .....	616
10.6.2.2.	Questão discutida .....	617
10.6.2.3.	Questão decidida .....	620
10.6.2.4.	Competência absoluta .....	621
10.6.3.	Coisa julgada sobre questão invocável por terceiro.....	622
10.6.3.1.	Fundamento .....	622
10.6.3.2.	A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo .....	623
10.6.3.3.	A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros.....	624
<b>Referências Bibliográficas .....</b>		625